



CONSELHO DISTRIITAL DE LISBOA

ATA Nº 2/2025

Aos vinte e oito dias do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco, reuniu em sessão ordinária o Conselho Distrital de Lisboa do Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos (STI), pelas nove horas e trinta minutos, tendo sido iniciados os trabalhos uma hora depois por falta de quórum nos termos dos nºs 1 e § único do Regulamento de Funcionamento dos Órgãos Deliberativos do STI, com a ordem de trabalhos constante da convocatória que se anexa á ata (**documento I**).

Estiveram presentes dezasseis elementos (conselheiros distritais, dirigentes distritais e três dirigentes nacionais), conforme lista de presenças que se anexa (**documento II**).

Antes do período da ordem de trabalhos o presidente da Direção Distrital de Lisboa, convidou o Sr. Secretário-Geral do STI, Sr. Francisco Rodrigues, para estar presente no Conselho Distrital de Lisboa, para lhe transmitir todo o agradecimento por parte da DD lisboa, por tudo o que tem feito pelo sindicato, sendo uma ponte estratégica, tanto no conhecimento das lides sindicais como em dirimir naturais divergências internas, sem tomar partidos e defendendo sempre os interesses do Sindicato.

O Presidente da Mesa começou por ler a convocatória.

Foram iniciados os trabalhos, tendo o presidente da Mesa António Marques, dado as boas-vindas a todos os Conselheiros presentes, agradecendo a presença dos vários elementos da Direção Nacional do STI.



Foi proposto e aprovado por unanimidade pelo conselho distrital, a alteração da ordem de trabalhos, passando o ponto 3 a ponto 2 e o ponto 2 a ponto 3.

Ponto 1 da ordem de trabalhos: “Informações”, o Presidente da Mesa António Marques, fez referência às diversas visitas que a Direção Distrital tem efetuado aos Serviços de Finanças, verifica-se cada vez mais a ausência de pessoal nos Serviços de Finanças e serviços Centrais. Muitos colegas encontram-se em teletrabalho outros aposentaram-se, o que leva a que nas diversas visitas ao mesmo serviço, nem sempre contatamos todos os trabalhadores.

Referiu ainda, que com a falta de meios cada vez é mais difícil defender as nossas fronteiras, nomeadamente nas alfândegas com todo o fluxo inerente. Também fez referência à falta de segurança que existe nos Serviços de Finanças, uma vez que já se chegou à fase dos tiros contra os serviços, o que se traduz num crescente receio por parte dos funcionários em trabalhar nesses locais, também já existem alguns grupos de estrangeiros que se recusam a ser atendidos por colegas mulheres, o que tem provocado algum alarido.

O Presidente da DN, Gonçalo Rodrigues, veio referir que logo após saber dos tiros contra os Serviços de Finanças, e das diligências da distrital de Lisboa nesse sentido, reagiu nos órgãos de comunicação social e televisões, para alertar o governo contra a falta de segurança que existe nos serviços, e nas alfândegas. Informou que se efetuou o encontro nacional de sócios, que correu muito bem e onde estiveram alguns sócios de Lisboa. Informou ainda que se iria efetuar o conselho geral, explicando o porquê de efetuar um conselho geral online, que também compreendia que muitos desejassem que fosse presencial. Informou ainda, que no próximo dia 12 de dezembro se iria efetuar um plenário de trabalhadores online.

Passou-se ao ponto 2 da ordem de trabalhos, “Análise da Política sindical atual”, tendo o presidente da mesa passado a palavra ao presidente do Direção Nacional, tendo este começado por referir que nos últimos anos se efetuaram as três maiores manifestações do sindicato, pelo que não é de aceitar que se diga que o sindicato está contente e que nada faz.



Fez referência que têm sido entregues várias propostas ao governo, e tem sido defendida no parlamento.

Referiu ainda, que agora tem de ser defendido os problemas resultantes do DL 59/2025, por existem muitos colegas que ficaram prejudicados. Informou ainda, que foi informado pelo governo, que não iriam abrir a mesa negocial, pelo que, é da opinião de que devemos começar a endurecer a luta. Informou ainda, que temos dois estagiários no sindicato, patrocinados pelo IEF, com um custo reduzido para o sindicato.

O presidente da mesa, António Marques, veio acrescentar que na realidade esta DN tem feito muitas manifestações, adicionando que em 2008 foi igualmente efetuada uma grande manifestação em que se recolheram milhares de assinaturas. Referiu ainda, que é necessário habilidade para negociar, porque o governo tem sempre a faca e o queijo na mão, pelo que, lhes temos de transmitir as nossas qualificações, o que temos de melhor, nunca fechando as portas.

O Conselheiro Jorge Almeida, questionou o presidente da DN se a DN pensa em efetuar uma nova megamanifestação da AT, porque não acredita que este governo nos venha dar alguma coisa. Fez ainda referência que não existe previsão do fim do período experimental.

O presidente da DN Gonçalo Rodrigues, respondeu para já não se está a pensar nisso, mas as lutas vão avançando, esperando-se que o governo tenha a inteligência de começar a trabalhar com o sindicato. Informou ainda, que irá solicitar ao conselho geral, autorização para usar o fundo de greve, mas que na sua opinião a nova manifestação só deve ser efetuada após o Congresso. Relativamente ao 38º e em resposta ao conselheiro Jorge Almeida, referiu que os colegas já são GTA, pelo que, não está muito preocupado com o assunto.

Fez referência de que os sócios devem apoiar as direções distritais e direções nacionais, quando são convocados devem mobilizar e solicitou isso mesmo aos delegados sindicais, para ajudarem nessa mobilização.



O presidente da mesa António Marques, veio referir que o que a DN fez no último encontro de delegados terá de ser corrigido no futuro, porque houve vários delegados de Lisboa que não foram porque ao encontro por dificuldades de garantia de pernoitar.

O presidente da DN Gonçalo Rodrigues, teve ainda a falar do SIADAP e das desigualdades que se criam com o mesmo.

O Presidente da DN Gonçalo Rodrigues, referiu que estiveram reunidos com vários sindicatos, onde discutiram alguns assuntos de interesse geral, uma vez que, todos eles têm questões diferentes, informaram que levaram todos a proposta das custas judiciais ao parlamento onde foi a mesma chumbada.

O Conselheiro Pedro Roque, veio falar das carreiras subsistentes do artº 38, referindo que os concursos dos VA e SA aguardam que esse estágio termine.

O Conselheiro Paulo Soares, veio adicionar mais alguma informação ao que o conselheiro Pedro Roque referiu, com referência aos concursos e das injustiças que isso criou especialmente para os colegas das carreiras subsistentes que não aceitaram entrar no período experimental, por não terem qualquer benefício com isso ou porque iriam ficar prejudicados.

Foi realizado um pequeno intervalo cerca das 12H30, para que os Conselheiros se alimentassem com provisões fornecidas pela Distrital.

Passou-se ao ponto 3 da ordem de trabalhos “Apreciação, discussão e votação do orçamento do STI, para 2026”, tendo o Tesoureiro da DN Leonel Frazão efetuado uma apresentação do mesmo, explicando os pontos que considerou de maior relevância.

Depois de discutido foi o mesmo colocado à votação tendo o orçamento do STI para o ano 2026 aprovado por unanimidade.



Passou-se ao ponto 4 da ordem de trabalhos “Proposta de alteração ao regulamento de serviço de Apoio Jurídico aos sócios” tendo o Presidente da Mesa António Marques, passado a palavra ao tesoureiro, tendo este explicado o porquê das alterações propostas.

O Presidente da Mesa teceu algumas considerações acerca das alterações propostas.

A alteração ao regulamento foi votada artigo a artigo, tendo sido colocada à votação as alterações ao artº 5º que foi aprovada por maioria com uma abstenção.

Relativamente ao artº 6º foram apresentadas duas propostas de alteração à proposta de alteração da DN:

- Foi apresentada uma proposta para alteração do artº 6º nº 1 pelo conselheiro Pedro Roque, que foi colocada à votação tendo sido aprovada por unanimidade (Documento nº 3).
- Foi apresentada uma proposta para alteração do da epígrafe do artº 6º assim como o seu nº 2 pelo conselheiro José Saraiva, que foi colocada à votação tendo sido aprovada por unanimidade (Documento nº 4).

Foi colocada à votação o artº 6º já com as alterações aprovadas pelo conselho distrital, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com um voto contra.

Foi apresentada uma proposta para alteração do artº 9 pelo conselheiro José Guerreiro, que foi colocada à votação tendo sido aprovada por unanimidade (Documento nº 5)

Foi colocada à votação o artº 9º já com as alterações aprovadas pelo conselho distrital, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, ou seja manter a redação vigente.

Passou-se ao ponto 5 da ordem de trabalhos “Proposta de alteração ao Regulamento Orçamental e Contas” tendo o presidente da mesa efetuado um enquadramento desta alteração e a forma como as diferentes direções nacionais têm tentado apoucar a DD de Lisboa com alterações estatutárias ou regulamentares, e que esta alteração ao regulamento é uma introdução descabida na disposição dos orçamentos das distritais, sendo que quem está no terreno melhor conhece a forma de proceder, não faz qualquer sentido esta ingerência.



O Tesoureiro da DN veio explicar que a proposta, alegando não ter sido consensual, considerando que o texto não foi bem conseguido.

Depois de discutido foi o mesmo colocado à votação tendo a alteração ao Regulamento do Orçamento e Contas sido **rejeitado** por unanimidade.

Passou-se ao ponto 6 da ordem de trabalhos (Diversos), tendo o Conselheiro Jorge Almeida, apresentado proposta referente a recolha de assinaturas para levar à Assembleia da República, para alteração de um SIADAP mais justo.

Presidente da Mesa

António Marques

1º Secretário

(José Guerreiro)

2º Secretário

(António Dinis)

(Esta ata é composta por 6 fls, tem em anexo 6 documentos que totalizam 12 páginas)



CONVOCATÓRIA

CONSELHO DISTRITAL DE LISBOA

Nos termos do nº 2 do artº 38º do Regulamento de Funcionamento dos Órgãos Deliberativos do Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos (STI), convoco o Conselho Distrital Ordinário, para dia 28 de novembro de 2025, pelas 9H30, na sede da Direção Distrital de Lisboa, sita à Avª Coronel Eduardo Galhardo, nº 20 C, 1º Dtº, em Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações
2. Apreciação, discussão e votação do orçamento do STI, para 2026 (Gestão corrente e FAZ);
3. Análise da situação politico/sindical atual;
4. Apreciação, discussão e votação da proposta de alteração ao Regulamento do Serviço de Apoio Jurídico aos Sócios;
5. Apreciação, discussão e votação da proposta de alteração ao Regulamento Orçamental e Contas;
6. Diversos.

O Conselho Distrital funcionará com a maioria dos seus membros constitutivos.

Na falta da maioria funcionará uma hora depois, com qualquer número (nº s 1 e 2 do artº 36ª dos Estatutos do STI

Lisboa, 12 de novembro de 2025.

Presidente da Direção Distrital de Lisboa

António Joaquim Marques



Lista de Presenças - Conselho Distrital

Nº	SÓCIO	NOME	ASSINATURA
1	19209	João Paulo Alves Soares	João Paulo Alves Soares
2	13288	José Aníbal Pereira Guenais	José Aníbal Pereira Guenais
3	17397	Pedro Guilherme Morais Roque	Pedro Guilherme Morais Roque
4	5851	António José 792	António José 792
5	9130	Helder de Sousa	Helder de Sousa
6	5024	João Manuel Almeida	João Manuel Almeida
7	18585	Paulo Roberto Cardoso Rocha	Paulo Roberto Cardoso Rocha
8	20028	João Manuel	João Manuel
9	12996	António Manuel Roberto Diniz	António Manuel Roberto Diniz
10	17136	Esmeraldo Rosário	Esmeraldo Rosário
11	13994	João Saraiva	João Saraiva
12	6916	MARCIO AUGUSTO SIAS	MARCIO AUGUSTO SIAS
13	11531	Luís Miguel Silva	Luís Miguel Silva
14	13163	Leonor Frazão	Leonor Frazão
15	11422	João L. P. Silva	João L. P. Silva
16	14655	Francisco José da Costa da Silva	Francisco José da Costa da Silva
17			
18			
19			
20			
21			
22			
23			
24			
25			
26			
27			
28			
29			
30			

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO ART.º 6º - REGULAMENTO DDO SERVIÇO DE APOIO JURÍDICO
AO SÓCIO

Relativamente à proposta da Direção Nacional, deverá ser suprimida a palavra “aconselhar” porque numa primeira fase do litígio entre os sócios deverá existir a possibilidade do SAJS aconselhar os sócios do ponto de vista jurídico.

Propõem.-se as seguintes alterações:

- No ponto 1 da proposta da DN ao art.º 6º deve ser retirada a expressão “aconselhar”.

Pedro Guilherme Morais Roque

Sócio nº 17.394

Lisboa, 28 de Novembro de 2025

PD Guilherme Morais R

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO ART.º 6º - REGULAMENTO DDO SERVIÇO DE APOIO JURÍDICO
AO SÓCIO

Em face do articulado apresentado pela DN, está subjacente a perda da possibilidade de recurso a advogado externo por parte dos associados em caso de conflito com a DN.

Desta forma, para acautelar a manutenção da possibilidade de recurso a advogado externo por parte do associado em caso de conflito com a AT, propõem.-se as seguintes alterações:

- A epígrafe do art.º 6º deve passar a denominar-se “Recurso a advogado externo”.
- No ponto 2 do art.º 6º deve ser retirada a expressão “em caso de conflito entre sócios”.

José Augusto Castanheira Saraiva

Sócio nº 13.994

Lisboa, 28 de Novembro de 2025

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'J. A. Saraiva', with a long horizontal stroke extending to the right.

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE APOIO JURÍDICO AOS SÓCIOS

Artº 9 – Manter a atual redação

Justificação :

O apoio do sindicato aos sócios, na ajuda do esgrimir das questões laborais com a entidade patronal, como é o caso dos processos disciplinares e outros, é um dos elementos de especial relevância, que levam os trabalhadores a sindicalizarem-se, daí não se concordar com a eliminação deste artigo.

José Augusto Pavanito Guerreiro

Sócio nº 13288

José Augusto Pavanito Guerreiro

Jorge Manuel Almeida

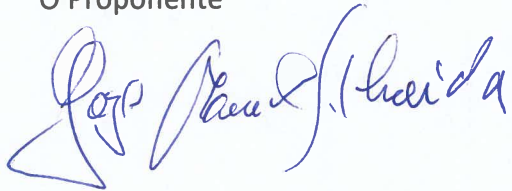
Sócio Nº 5027

PROPOSTA Nº

Assunto: Petição à AR

Que em todos os serviços da ATA sejam recolhidas 7500 assinaturas no sentido de levar à AR a discussão para revogação do SIADAP, substituindo por um sistema mais justo com uma forma de avaliação.

O Proponente

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Jorge Manuel Almeida', written in a cursive style.